

Cooperativas de eletrificação

Energia e inclusão no meio rural

Patrícia Medeiros Moreira¹
José Zordan²

HÁ MAIS de 60 anos, o cooperativismo brasileiro contribui para a fixação do homem no campo, seu desenvolvimento e inclusão social, por meio da geração de energia elétrica. As cooperativas de eletrificação rural realizam as suas operações sociais com o fornecimento de energia a associados ou a consumidores comuns.

Junto com seus associados, as cooperativas foram à luta em busca de recursos, compra de materiais, elaboração de projetos e execução das obras para a manutenção e distribuição dos seus sistemas de energia. A energia elétrica é um insumo importante para o aumento da produção agrícola e ao bem-estar social.

Ao possibilitar a iluminação, as cooperativas também proporcionam:

- Incentivo à criação e ao desenvolvimento de agroindústrias;
- Aumento da produção e produtividade das explorações agrícolas e pecuárias;
- Economia de divisas, ao substituir de derivados de petróleo por energia elétrica;
- Incremento de venda de motores, equipamentos agrícolas e eletrodomésticos;
- Interiorização da força de trabalho e redução o êxodo rural;
- Aumento da geração de impostos municipais, estaduais e federais;
- Criação de novas oportunidades de trabalho, no campo e nas cidades do interior;
- Conhecimento e maior informação pelo acesso aos meios de comunicação;

- Melhor qualidade de vida e bem-estar social.

Sem encontrar nada pronto, as cooperativas tiveram que conquistar seu espaço e superar desafios junto com seus associados. Isso trouxe resultados singulares, como o percentual de quase 100% das propriedades rurais eletrificadas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. É o cooperativismo organizado, gerando riquezas para o Brasil, cujas sobras são reinvestidas no aperfeiçoamento e aprimoramento dos serviços, ou distribuídas aos associados, conforme decisão coletiva, tomada em assembleia geral.

Cooperativas de eletrificação rural no Brasil:

- 125 entidades;
- 750 mil associados;
- Beneficiando a 3 milhões de consumidores (a grande parcela no meio rural)
- Operam 30 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs);
- Mais de 20 projetos em desenvolvimento;
- Energia gerada atende apenas 18% da necessidade;
- Operam e realizam a manutenção em 140 mil quilômetros de rede.

Fiéis ao seu princípio doutrinário, as cooperativas cumprem a sua função social, ao atuar como empresas cidadãs, com ações sociais, educacionais e culturais, direcionadas aos associados, colaboradores e comunidades em suas áreas de atuação. Entre as ações, são exemplos:

- Incentivo à cultura e ao esporte;
- Bolsas de estudos para colaboradores e filhos de associados;

Raízes do sistema

Os primeiros movimentos das cooperativas de eletrificação rural no Brasil surgiram no Rio Grande do Sul, no início da década de 40. A iniciativa partiu de habitantes de pequenos núcleos populacionais rurais, como forma de viabilizar a ligação da energia elétrica. As concessionárias de energia, que eram empresas privadas, direcionavam seus interesses ao atendimento a centros urbanos.

A Cooperativa de Força e Luz de Quatro Irmãos, localizada no distrito de José Bonifácio, no município de Erechim (RS), foi a primeira organização brasileira do setor, fundada em 1941. Seu objetivo era gerar energia elétrica para uma pequena localidade, sede de uma companhia colonizadora da região, que ali se instalou em 1911, a Jewish Colonization and Association. Fundada em 1956, a Cooperativa Regional de Eletrificação Teutônia Ltda (Certel), com sede no município de Teutônia (RS), é a maior em faturamento e a mais antiga do Brasil, com 45.751 associados, de acordo com o levantamento realizado em dezembro de 2008.

Anos depois, a Lei 4.504/64, conhecida como o Estatuto da Terra, que trata da legislação agrária, deu ênfase à eletrificação rural. Em seguida, foi editado o Decreto 62.655/68, que regulamentou a execução do serviço de eletrificação rural e a sua expansão.

As cooperativas de energia e desenvolvimento rural são as verdadeiras “parceiras privadas” do governo federal. Elas ao um pequeno mercado rural, apenas quatro consumidores por quilômetro de rede. Já a média urbana é de 20 concessionárias por quilômetro de rede.

- Contribuições para entidades educacionais e culturais;
- Assistência médica e hospitalar;
- Auxílios e pecúlios pós-morte;
- Campanhas de conscientização cooperativista e ecológica nas escolas e comunidades;

- Desenvolvimento de cursos sobre utilização de energia elétrica, arte culinária e conservação de alimentos;
- Projetos demonstrativos de irrigação na pequena propriedade rural;
- Projetos de plasticultura e piscicultura;
- Apoio e incentivo para constituição de agroindústrias;

Comunicação direta com o associado por jornal e programas de rádio. As cooperativas de eletrificação rural também desenvolvem outras atividades que, dentro do processo de regulação implementado pela Aneel, deverão ser realizadas por uma nova cooperativa de desenvolvimento, como:

Prestação de serviços

- Construção e manutenção de redes elétricas;
- Instalações elétricas domiciliares;
- Assistência técnica para equipamentos elétricos;
- Telefonia rural;
- Provedor de *internet*.

Indústria e comércio

- Fábrica de artefatos de cimento – postes de concreto, tubos e conexões;
- Oficina de reforma de transformadores e medidores;
- Metalúrgica para fabricação e conserto de materiais para uso em redes elétricas;
- Comércio de eletrodomésticos, material elétrico e construção civil;
- Comércio de alimentos;
- Revenda de automóveis;
- Empresa de comércio de combustíveis;
- Empresa hospitalar;
- Geração de energia enquanto produtor independente.

O processo de regularização das cooperativas, como prestadoras de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, teve início com a edição da Resolução 333, de dezembro de 1999, pela Aneel. A norma estabeleceu as condições gerais para a implantação de instalações de energia elétrica de uso privativo; dispôs sobre a permissão de serviços públicos de energia elétrica e fixou as regras para regularização de cooperativas de eletrificação rural.

Em 2002, no dia 11 de janeiro, foi substituída pela Resolução 12, quando foram definidos dois tipos de enquadramento para as cooperativas:

- Permissionárias – aquelas que atendem a público indistinto (rural e urbano);
- Autorizadas – cooperativas que atuam com a maioria de consumidores rurais.

Assim, as cooperativas passaram por uma avaliação econômico-financeira por parte da Agência nacional de Energia Elétrica (Aneel) e foram enquadradas como:

Permissionárias – que atendem dentro de área delimitada, com a fiscalização dos serviços e preços de tarifas (compra e repasse da energia). São supridas de energia pela concessionária atual ou podem comprar energia no mercado interligado por meio de leilão, se assim entenderem.

Autorizadas – com atuação somente em áreas rurais, prestam serviços para seus associados. Permanecem classificadas como consumidor rural, vinculada à atual concessionária fornecedora de energia e têm as tarifas controladas.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade de representação e defesa dos interesses dessas sociedades e de consultoria do governo federal, de acordo com a Lei 5.764/71, conta hoje com 7.682 cooperativas registradas em todo o território nacional, abrangendo 7,86 milhões de cooperados em 13 diferentes ramos de atuação. A movimentação econômica das cooperativas corresponde a aproximadamente 6% do PIB brasileiro.

O Ramo Infraestrutura é um dos organizado por meio do Conselho Consultivo do Ramo Infraestrutura, que tem as finalidades a seguir:

I – Dar maior dinâmica, objetividade e eficiência, unificando as ações da OCB nos assuntos relacionados a ele;

II – Colaborar e contribuir para a promoção do cooperativismo de energia, telecomunicações, desenvolvimento rural e serviços de infraestrutura e do desenvolvimento do ramo;

III – Contribuir para a efetiva integração do cooperativismo de energia, telecomunicações, desenvolvimento rural e

serviços de infraestrutura, entre si e com os demais ramos cooperativos;

IV – Examinar permanentemente os problemas, as reivindicações e as soluções propostas referentes ao ramo;

V – Recomendar as ações que objetivem o desenvolvimento do cooperativismo de infraestrutura, pelo equacionamento de situações relativas à qualidade e à normalidade das atribuições;

VI – Proceder a estudos e pesquisas com o objetivo de incrementar e aperfeiçoar o Ramo Infraestrutura;

Além disso, existem duas confederações nacionais, que integram as cooperativas:

- A Confederação Nacional das Cooperativas de Infraestrutura (Infracoop) cuja abrangência envolve as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Essas cooperativas, além da área rural, atendem também a mais de 100 sedes urbanas (cidades), que no passado eram vilas, e com a chegada da energia elétrica se desenvolveram, tornando-se distritos e, posteriormente, se emanciparam como cidades.
- A Confederação Brasileira das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Sustentável (Conbrac), que abrange as Regiões Norte e Nordeste.

Com o apoio da OCB, a filiação das cooperativas – por meio das federações estaduais – às confederações faz com que as demandas e os pleitos ao governo federal, Congresso Nacional, Ministério de Minas e Energia e à Aneel, entre outros órgãos reguladores do setor, tenham força, respeito e reconhecimento.

Muitos foram os entraves vencidos. A Aneel têm mais de 6,5 mil normas reguladoras, e as cooperativas estão em processo de adaptação. O trabalho de ajustes e conscientização da agência sobre as particularidades do setor deverá continuar. São necessárias ainda diversas alterações via emendas legislativas do Congresso Nacional. Com união e cooperação, as dificuldades existentes serão minoradas. ■

1. Especialista em Mercados da OCB.

2. Superintendente da Infracoop.